



1 ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO SISTEMA
2 ESTADUAL DE REDD+.

3 Aos 16 (dezesseis) dias do mês de novembro de 2016 (dois mil e
4 dezesseis), às 14h00 (quatorze horas) no Auditório Pantanal da Secretaria
5 de Estado de Meio Ambiente - SEMA, foi realizada a 4ª Reunião do
6 Conselho Gestor do Sistema Estadual de REDD+, presidida pelo conselheiro
7 suplente Sr. Maurício Moleiro Philipp, representante da SEMA. Fizeram-se
8 presentes à reunião os seguintes conselheiros: Sra. Verônica Scalet,
9 conselheira titular e Sra. Aline Elina Ferraro, conselheira suplente; ambas do
10 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA-MT; Sr. Jorge
11 Tadeu Malvenier Neves Garcia, conselheiro titular, representante da
12 Organização de Classe - OAB; Sr. Juraci de Ozêda Ala Filho, conselheiro
13 suplente da Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso -
14 SEPLAN; Sr. Waldinei Bento dos Santos, conselheiro titular do Centro das
15 Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeira do Estado de Mato
16 Grosso - CIPEM; Sra. Lucélia Denise Perin Avi, conselheira titular da
17 Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso-FAMATO;
18 Sr. Leonardo Vivaldini dos Santos, conselheiro suplente da Secretaria de
19 Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários - SEAF. Destacamos
20 os seguintes convidados presentes: Sr. Lázaro Aparecido Dabri (Deputado
21 Lázinho da FETAGRO), Assembleia Legislativa de Rondônia; Sr. Olavo
22 Nienow (Assessor), Assembleia Legislativa de Rondônia; Sra. Ester dos S.
23 Dourado Silva; técnica da Secretaria de Estado do Desenvolvimento
24 Ambiental - SEDAM - de Rondônia; Sra. Alcilene Freitas B. Souza,
25 Coordenadora de Gestão do Sistema de REDD+ de Mato Grosso; Srta.
26 Christelle Ndagijimana da ONF Internacional; Sra. Elisa dos Santos R.
27 França, analista de meio ambiente da Coordenadoria do Sistema Estadual
28 de REDD+; Sr. Elton Antônio Silveira, Coordenador de Conservação e
29 Restauração de Ecossistemas. A reunião foi presidida pelo conselheiro Sr.
30 Maurício Moleiro Philipp, que após saudar a todos, informou que havia
31 quórum para iniciar a reunião, declarou que sentia honrado com a
32 presença nesta reunião do Deputado Lázaro da FETAGRO, do seu
33 assessor, e da representante da SEDAM Sra. Ester, todos do Estado de
34 Rondônia, e explicou que estes convidados vieram a Mato Grosso com a
35 finalidade de conhecer como foi o processo da construção da Política de
36 Mudanças Climáticas, pois estão trabalhando com a política deles em
37 Rondônia, e estão aproveitando para conhecer a política de REDD+ e o
38 Conselho. Após, o Sr. Maurício Moleiro Philipp informou sobre a próxima
39 capacitação de REDD+, que acontecerá dentro do Fórum Mato-grossense
40 de Mudanças Climáticas na primeira semana de dezembro, e explicou que
41 a capacitação será feita por técnicos especialistas da ONF Internacional, e
42 será sobre o radar europeu denominado Sentinel, que trabalha com



43 imagens de alta resolução temporal e espacial, e evidenciou a importância
44 da participação dos conselheiros, além dos técnicos da SEMA. O Sr.
45 Maurício M. Phillip, relatou que a demanda por capacitações surgiu na
46 primeira reunião do Conselho de REDD+, e nominou as capacitações que já
47 ocorreram: "Nível de Referência; Não Permanência e Contabilidade de
48 Carbono". Após, o Sr. Maurício Moleiro Phillip informou ao Conselho Gestor
49 que havia duas atas referentes às duas últimas reuniões a serem
50 aprovadas por este Conselho. Após algumas informações referentes as
51 atas, perguntou aos conselheiros presentes se haveria ainda alguma
52 consideração a ser feita nas atas, e não havendo manifestação por parte
53 dos conselheiros, o Sr. Maurício Moleiro Phillip, declarou que as "atas foram
54 aprovadas". Após isso, foi apresentado aos conselheiros e convidados um
55 vídeo sobre "Salvaguardas", sendo reportado pelo Sr. Maurício Moleiro
56 Phillip, que a demanda deste vídeo surgiu neste Conselho, pelo
57 representante da OAB, e evidenciou que o vídeo é um material que poderá
58 "subsidiar qualquer um de nós" em apresentações tanto no interior quanto
59 no exterior. Em seguida, a Coordenadora do Sistema de REDD+, Sra.
60 Alcilene B. Freitas, comentou sobre o vídeo e processo da construção dos
61 "indicadores Socioambientais" que está intimamente ligado a legislação de
62 REDD+, evidenciou que o processo foi longo, durante mais de um ano, que
63 são 50 indicadores, construídos dentro da "Comissão de Salvaguardas
64 Socioambientais", e que esta comissão saiu dentro do Fórum de Mudanças
65 Climáticas, e explicou que o Fórum está em funcionamento desde 2009 e
66 que auxiliou na construção na Lei do REDD+, da Política de Mudanças
67 Climáticas, que ainda não foi aprovada, e atualmente estão na fase da
68 elaboração do "plano de monitoramento das salvaguardas". Informou que
69 no processo de construção dos indicadores do "Sistema de Salvaguardas
70 do REDD+" houve um apoio técnico e financeiro da CCBA (Clima,
71 Comunidade e Biodiversidade) que é uma aliança de ONG's; realizaram
72 reuniões de trabalho; viabilizaram a participação indígena em um evento, e
73 que o vídeo só foi possível em função de uma sobra de recurso financeiro
74 deste apoio. O Sr. Maurício Moleiro Phillip, explicou sobre a importância de
75 se ter um sistema de "Salvaguardas", esclarecendo que no Marco Varsóvia
76 os requisitos para um país acessar recursos financeiros de REDD+ através
77 do Fundo Verde Clima, da Convenção do Clima, é ter um Nível de
78 Referência, que é o FREL, ter um sistema de MRV (Monitoramento,
79 Reporte e Verificação), e ter um "Sumário para Reportar Salvaguardas". O
80 Sr. Maurício Moleiro Phillip, afirmou que o processo de discussão das
81 "Salvaguardas" que teve no Estado de Mato Grosso está na frente da
82 CONAREDD+, pois, esta discussão só vai começar efetivamente agora nas
83 Câmaras Consultivas Temáticas. Após, o Sr. Maurício, seguindo a pauta, fez
84 uma atualização sobre a Comissão Nacional para REDD+, CONAREDD+,
85 explicando que nesta comissão onde são feitas as decisões sobre REDD+,



86 como a distribuição de benefícios por exemplo, informou que esta
87 comissão é “meio assimétrica”, pois têm oito representantes do governo
88 federal, dois representantes dos estados, Mato Grosso e Acre, um dos
89 municípios e duas ONG’s; “então em uma conta rápida fica 8 a 5”,
90 explicou que desde o início houve uma crítica da sociedade civil e dos
91 estados, pois “por incrível que pareça os estados ficam mais próximos da
92 sociedade civil do que o Governo Federal”, neste caso, porque o Governo
93 Federal rejeita totalmente o mercado de carbono, e falou que agora
94 parece que tem uma luz no fim do túnel, mas afirmou que é “uma boa
95 briga que os estados devem continuar travando”. O Sr. Maurício Moleiro
96 Philipp comentou que o Governo Federal tem uma posição contrária ao
97 mercado e que só 5% das reduções brasileiras foram negociadas no
98 âmbito do Fundo Amazônia, e que tinha um potencial de 95% que poderia
99 ser negociado e não foi negociado na lógica do mercado voluntário que é
100 tão exigente quanto a Convenção do Clima. O Sr. Maurício M. Philipp
101 comentou sobre um dos padrões que é utilizado no mercado voluntário, o
102 padrão VCS, e afirmou que este padrão é “extremamente complexo”,
103 pois, tem estratégia para garantir permanência; tem que ter estratégia
104 para conter vazamento; partição de benefícios, tem que estabelecer
105 salvaguardas para assegurar a participação das comunidades tradicionais.
106 Após, afirmou que Mato Grosso evitou as emissões nos últimos anos em
107 torno de 2 bilhões de toneladas de CO2 (Dióxido de Carbono) e não
108 recebeu nada por isso. Se existe a possibilidade de captar recursos,
109 porque não fazer em conjunto com o Governo Federal com sistema de
110 registro. Deu exemplo sobre as emissões da aviação civil, “se fosse um
111 país seria o sexto maior emissor”, informando que a ONU está costurando
112 um tratado para a aviação civil compensar as suas emissões e têm uma
113 possibilidade de compensar com a floresta, afirmando que “isto é uma
114 possibilidade de recursos com muita transparência”. A seguir fez uma
115 atualização sobre a Comissão Nacional para REDD+, CONAREDD+,
116 relatando que foram criadas três câmaras consultivas temáticas: a
117 câmara consultiva temática sobre o pacto federativo; a câmara consultiva
118 temática sobre captação e distribuições de recursos não reembolsáveis e
119 a câmara consultiva temática de salvaguardas socioambientais que irão
120 subsidiar a CONAREDD+ na tomada de decisão. Informou que Mato
121 Grosso e Acre são os representantes dos estados na CONAREDD+, e que
122 ele, está representando o estado Mato Grosso e Sra. Magaly Medeiros o
123 estado do Acre. A seguir o Sr. Maurício Moleiro Philipp informou sobre o
124 programa “REDD Early Movers”, REDD para Pioneiros”, do banco alemão
125 KFW, informando aos conselheiros e convidados, que técnicos do KFW
126 estiveram em Mato Grosso em uma missão de sondagem, pois o banco
127 pretende implantar o programa REM em Mato Grosso, e que o estado do
128 Acre já recebeu 22 milhões de euros do KWF pelo seu programa REM.



129 Explicou que Mato Grosso necessita de uma não objeção do Governo
130 Federal, e relatou que foi editado uma resolução pela CONAREDD+ em
131 regime de urgência em função da solicitação de Mato Grosso dentro da
132 CONAREDD+, pois Mato Grosso não poderia esperar durante um ano a
133 conclusão dos trabalhos das Câmaras Consultivas Temáticas. Informou
134 que o KWF não irá negociar no mercado as reduções, "eles
135 aposentariam", mas isso também não poderia, pois, todas as reduções no
136 território nacional serão para cumprir a meta do Brasil. Informou que as
137 reduções estarão todas registrada em uma plataforma eletrônica
138 denominada REDD Info Hub. Explicou ainda, que o mercado voluntário está
139 criado desde da época da Política Nacional de Mudanças Climáticas. O Sr.
140 Maurício Moleiro Philipp então fez uma reflexão com relação à restrição do
141 mercado: " Como um Decreto pode sobrepor uma Lei? O Sr. Maurício
142 Moleiro Philipp informou que o Brasil apresentará em janeiro a Submissão
143 do bioma Cerrado junto a UNFCCC. Comentou sobre o pioneirismo da
144 Estado da Califórnia, que aprovou a primeira Lei Mudanças Climáticas, a Lei
145 de Soluções para o Aquecimento Global, que o governador na época era
146 Arnold Schwarzenegger. Informou aos conselheiros que irá circular a
147 Resolução e os Princípios da Comissão da CONAREDD+. Após, o Sr.
148 Maurício M. Phillip, reportou como surgiu o GFC, Força Tarefa dos
149 Governadores para a Floresta e Clima, explicou que o GCF é uma
150 plataforma que tem como objetivo troca de experiências entre os
151 governos subnacionais que detêm florestas tropicais e que atualmente são
152 membros do GCF vinte e sete (27) governos subnacionais e dois governos
153 subnacionais, ainda como observadores; informou sobre os recursos da
154 Noruega que deverá aportar no Fundo GCF e comentou que este Fundo já
155 lançou dois editais, para este recurso. A seguir a Coordenadora de Gestão
156 do Sistema de REDD+ de Mato Grosso, Sra. Alcilene B. Freitas, reportou o
157 processo criação do Fórum Mato-grossense, da Política de Mudanças
158 Climáticas do Estado de Mato Grosso que foi construída no âmbito do
159 Fórum durante mais dois anos de discussão participativa, e da Lei do
160 REDD+ que foi construída dentro de um Grupo de Trabalho (GT REDD+)
161 também no âmbito do Fórum, comentou sobre a estrutura do Sistema
162 Estadual de REDD+ e do Comitê de Salvaguardas Socioambientais. Relatou,
163 então aos conselheiros e convidados sobre os editais do Fundo GCF,
164 explicando que os recursos são da Noruega, que no Encontro Anual do GCF
165 de 2015 na Espanha, a Noruega sinalizou que iria doar recursos financeiros
166 para o Fundo GFC, sendo confirmado no ano seguinte no Encontro Anual
167 do GCF ocorrido no México. O recurso apoiará a melhoria da governança
168 do REDD+. Relatou sobre o processo da escolha do proponente que irá
169 elaborar a proposta técnica da SEMA-MT a ser submetida ao Fundo GCF,
170 explicando que esta escolha ocorreu dentro de uma oficina de trabalho
171 com vários parceiros, e que o ICV foi escolhido para elaborar a proposta



172 deste primeiro edital. Informou, que entre os estados da Amazônia que
173 estão no GCF, dividirão os recursos para o primeiro edital, ficando
174 estabelecido até 600 mil dólares para cada estado, e estão trabalhando
175 em uma proposta coletiva para o segundo edital (janela 2), e o valor deste
176 edital é de 250 mil dólares a 1 milhão de dólares, e o prazo de entrega das
177 propostas ficaram para o final janeiro de 2017. O terceiro edital (janela 3)
178 ainda não está aberto. Estes recursos são para o fortalecimento
179 institucional do REDD+ nos estados durante três anos. Após, foram
180 entregues cópias do vídeo para os conselheiros presentes e alguns
181 convidados. Em seguida o Sr. Maurício Moleiro Philipp perguntou à plenária
182 se tinha algum comentário a fazer, não havendo manifestação da plenária,
183 agradeceu a presença de todos. A seguir foi convidado a falar o Deputado
184 Estadual de Rondônia, Sr. Lázaro Aparecido Dabri, que narrou a sua
185 experiência quando foi presidente da FETAGRO (Federação dos
186 Trabalhadores na Agricultura de Rondônia) durante dois mandatos e meio,
187 e que neste período entraram em um debate muito forte no Código
188 Florestal, na época em que o Anselmo era vice-presidente da Comissão e
189 o Aldo Rebelo era o presidente, informando que o Anselmo já tinha sido
190 presidente da Federação e era Deputado Federal, e que este debate foi
191 principalmente sobre compensação de serviços ambientais, e que na sua
192 visão " nós precisamos de ter o setor produtivo", "precisamos ter este
193 setor com sustentabilidade" e que " o meio ambiente precisa estar
194 inserido dentro da sustentabilidade da famílias que dependem dele tanto
195 no campo como na cidade". Comentou que deu sorte de ser eleito
196 Deputado Estadual no ano retrasado e que ano passado em uma
197 audiência pública puxando este tema, saiu desta audiência um Grupo de
198 Trabalho com a SEDAM, para fazer um estudo no estado. Comentou que a
199 sua visão é limitada com relação a Legislação de Mudanças Climáticas, de
200 REDD+ e sobre compensação dos serviços ambientais, mas acha que estas
201 políticas devem estar em uma só Lei, "mas tecnicamente é outra coisa".
202 Relatou que é um pequeno proprietário de terra, 20 hectares, que é do
203 Paraná, e que hoje, para se preservar a reserva, para recuperar a
204 nascente, e APP's, ninguém faz nada se não tiver um incentivo. Reportou
205 que foi relator das CPI dos frigoríficos no Estado de Rondônia e que esteve
206 umas sete vezes em Mato Grosso, inclusive na Assembleia Legislativa,
207 informou que o ano 2015 este setor teve como incentivo fiscal de quase
208 200 milhões de reais em Rondônia e "se vocês pegarem os dados de Mato
209 Grosso" vão ficar assustados, pois é 3 a 4 vezes mais, e ao nível nacional
210 comentou: " o que se dá de incentivos a grandes empresas" para elas
211 produzirem no Brasil, só por conta dos empregos. Falou que o setor "mais
212 ofendido" com a construção das usinas são meio ambiente, agricultura
213 familiar e os ribeirinhos, e estes setores não recebem nada de royalties. A
214 questão ambiental tem que "estar na saúde, na escola e têm que estar



215 nos tributos". Após, o Sr. Maurício Moleiro Philipp fez alguns comentários e
216 encerrou a reunião.

217

218

219

220

Mauricio Moleiro Philipp

Luiz Francisco Tegon de Pinho

221

Membro do Conselho Gestor do

Membro da Secretaria Executiva do

222

Sistema Estadual de REDD+

do Conselho Gestor de REDD+

Verônica Scalet

VERÔNICA SCALET - INCRA